

**SERRO (MG), UMA TRAJETÓRIA PARA A PRESERVAÇÃO URBANA**

**Ana A. Barbosa, Maria A. P. C. e S. Bortolucci**

Mestranda | Departamento de Arquitetura e Urbanismo  
Escola de Engenharia de São Carlos – USP | [anaapbsp@sc.usp.br](mailto:anaapbsp@sc.usp.br)

Professora doutora | Departamento de Arquitetura e Urbanismo  
Escola de Engenharia de São Carlos – USP | [mariaacsb@sc.usp.br](mailto:mariaacsb@sc.usp.br)

# SERRO (MG), UMA TRAJETÓRIA PARA A PRESERVAÇÃO URBANA

## INTRODUÇÃO

Após a promulgação da Constituição Federal de 16 de julho de 1934 foram iniciados os trabalhos de preservação legal do patrimônio histórico e artístico nacional. No Brasil objetivava-se preservar a identidade da nação, buscando a legítima expressão nacional. Nesse contexto, a salvaguarda dos monumentos do passado era imprescindível à emergência e afirmação da criação moderna (Dourado, 2003). No período, ações internacionais concernentes à preservação de bens culturais eram definidas pelas Cartas Patrimoniais. Recomendações tratando de questões referentes ao patrimônio monumental, histórico foram elaboradas desde a década de 1930 (Cury, 2000). Mas é de 1980 a elaboração da Carta Internacional de Burra (Icomos, 1980) – que trata de conceitos e procedimentos para intervenções em bens culturais, buscando definir claramente os termos e procedimentos que norteiam a conservação<sup>1</sup> de bens culturais em sua complexidade mais ampla. E foi com a Carta de Washington (Icomos, 1987) – Carta Internacional para Salvaguarda das Cidades Históricas – que as efetivas vocações adquiridas pelas áreas urbanas ao longo da história foram contempladas, de maneira que passaram a ser considerados em intervenções o parcelamento do solo urbano, a escala, o volume da arquitetura, da cidade, e não mais apenas as características externas da edificação (Silva, 1996).

No Brasil, principalmente a partir da década de 1970, a população passou a estar concentrada em sua grande maioria nas cidades, em situações muitas vezes desfavoráveis

às condições adequadas de habitabilidade e, por sua vez, à preservação urbana. De outro modo, nesse mesmo momento, outras cidades, como Serro (MG) por exemplo, por questões socioeconômicas do município, vivenciou ao longo desse período uma expressiva e gradual deterioração de seu patrimônio edificado que resultou em perdas, com a eliminação contínua de partes do tecido urbano e o surgimento de inúmeras lacunas a partir do arruinamento de sobrados e casas térreas.

É entendido, contudo, que as transformações da dinâmica urbana ocorridas a partir da década de 1970 se refletiram em várias situações que favoreceram a preservação de cidades tidas como patrimoniais, naquele período. A partir de então, elas se tornaram “condicionadas” a incorporar as mudanças científicas que ocorriam nesse campo, como a ampliação de conceitos, estudos e propostas específicas para intervenções urbanas, com seus projetos e planificação. Intervenções em áreas urbanas de valor histórico<sup>2</sup> demandam entendimentos e proposições complexas, porque o objeto<sup>3</sup> é subjetivo e representa, nesse caso, valor cultural para a nação brasileira. A preservação envolve vários fatores que necessitam sistematização e que devem ser compreendidos na plenitude de sua complexidade, propiciando ampliação das possibilidades de acesso pelo público não-especialista, por profissionais qualificados, enfim, todos que participam dessas intervenções em áreas urbanas monumento nacional. A situação do patrimônio histórico e artístico brasileiro impõe ações complementares de conservação integradas e novas estratégias de gestão (Zancheti, 2000).

Atualmente no Brasil existem cidades patrimônio nacional que estão expostas a riscos de perdas urbanas irreparáveis à sua preservação, geradas muitas vezes por intervenções que propiciam tratamento inadequado de lacunas e de áreas tradicionalmente com predominância da paisagem natural<sup>4</sup> que compõem ou pertencem à malha urbana tradicional (Barbosa, 2003). Essa realidade possibilita a consolidação de intervenções lesivas à integridade dessas cidades, que é agravada pela carência de profissionais qualificados para realizarem intervenções de restaurações.

## SERRO – MINAS GERAIS

As intervenções a serem realizadas na cidade de Serro necessitam de aprovação especial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A cidade teve o seu acervo arquitetônico e urbanístico tombado pelo Instituto, conforme inscrição n.25 – Livro de Belas Artes, data de 8 de abril de 1938. Serro está situada na área central do Estado de Minas Gerais, pertence à Serra do Espinhaço, que atravessa longitudinalmente quase todo o município e desempenha o papel de grande dispersor de águas. A cidade se constituiu em importante centro administrativo no período colonial, o que possibilitou a consolidação de seu espaço urbano naquele tempo. Essa realidade é percebida pelos traços urbanos que caracterizam a cidade atualmente, conforme os princípios urbanísticos portugueses da cidade vernacular.<sup>5</sup> Ela é como a maioria das cidades mineiras que, encra-

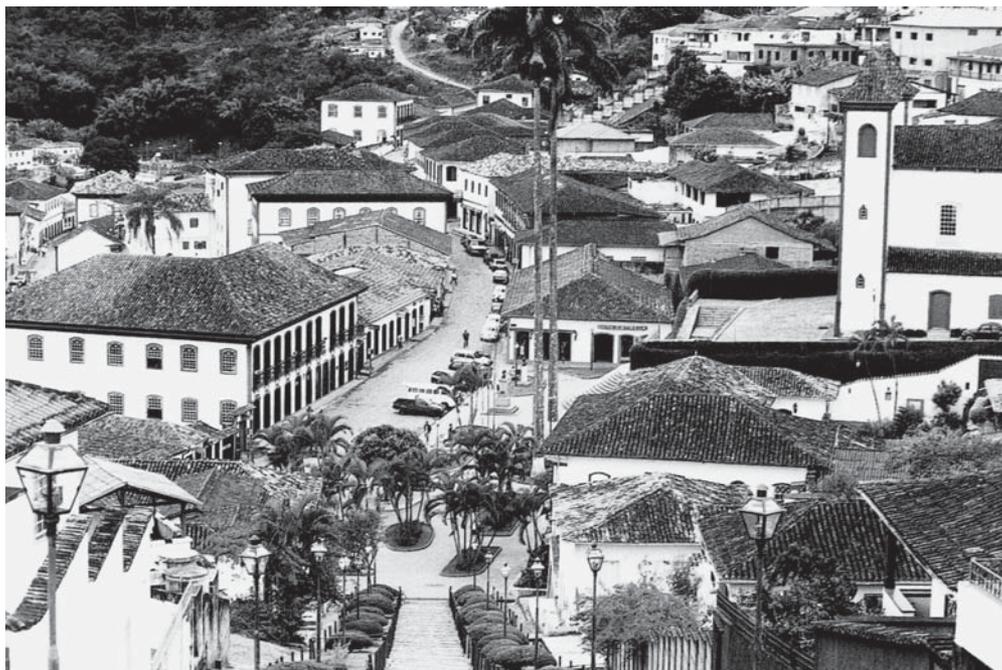


Foto: AURORA

Vista parcial da cidade de Serro – 2004.

Mapa de localização – Serro (MG) – (Fonte IBGE, 2004).



vadas nas montanhas, cresceram da junção de arraiais localizados ao longo das encostas, adaptando-se a uma topografia desfavorável à criação de um sítio urbano, apresentando uma configuração linear, paralela às curvas de nível.

Com a descoberta dos diamantes na região de Diamantina, muitos mineradores dedicaram-se à agricultura e pecuária para suprir de víveres o fechado Distrito Diamantino. Desde então Serro desenvolveu francamente uma tradição agropecuária e uma distribuição de bens a outras regiões mediante o comércio de tropas, consolidando o aglomerado urbano. Essa economia agropecuária associada à mineração define características especiais ao Serro, se comparada com as demais cidades mineiras da época.

Em princípios do século XIX, com a decadência da mineração na região, vários fatores contribuíram para o declínio da cidade, agravados com sua exclusão do projeto da rede ferroviária, favorecendo ainda mais o seu caráter agrário. Ao iniciar a era republicana,

a região muito montanhosa, de difícil acesso, ficou isolada dos novos centros de decisões e a cidade entrou em processo de estagnação econômica e social, que de certa maneira preservou a imagem urbanística e arquitetônica setecentista da cidade, até recentemente quase intocada em relação à sua imagem tradicional, predominante dos séculos XVIII e início XIX.

Nas três últimas décadas, Serro viveu um processo de expressivo arruinamento de diversos exemplares arquitetônicos tradicionais em seu conjunto urbano, resultando em várias perdas de edificações por deterioração física de seus elementos construtivos. E na década de 90 do século XX, viveu o desenvolvimento de um processo de desmembramentos de terrenos, com adensamento urbano desordenado desses novos lotes, que passaram a representar a ocupação dos antigos fundos de quintais e com ocupação de encostas aleatoriamente, resultando em expressiva degeneração do patrimônio preservado até então, que nesse caso, a elevada declividade dos terrenos, condiciona a ocupação à expressividade de grandes volumes, tendo como referência a escala da própria cidade. Contudo, acreditamos que a cidade mantém “sua unidade potencial, seja pelo seu próprio conceito de *unicum*, seja pela singularidade irrepitível do acontecimento histórico” (Brandi, 2005).

### **A QUESTÃO DA LACUNA NO ESPAÇO URBANO DE SERRO**

É importante que efetivamente seja compreendido o universo urbano em sua complexidade, no qual não se deve entender apenas a cidade como um traçado regular dentro de um espaço, uma distribuição ordenada de funções públicas e privadas, um conjunto de edifícios representativos e utilitários:

São espaço urbano o pórtico da basílica, o pátio e as galerias do palácio público, o interior da igreja. Também são espaço urbano os ambientes das casas particulares; e o retábulo sobre o altar da igreja, a decoração do quarto de dormir ou da sala de jantar, até o tipo de roupa e adornos com que as pessoas andam, representam seu papel na dimensão cênica da cidade. (Argan, 1998)

A noção de patrimônio urbano histórico, acompanhada de projeto de conservação, nasceu na França na época de Haussmann, na segunda metade do século XIX. Contudo, o monumento histórico como arquitetura dissociada da cidade histórica já existia há muitos anos.

Numerosos fatores contribuíram para retardar de uma só vez a objetivação e a inserção do espaço urbano numa perspectiva histórica: de um lado, sua escala, sua complexidade, a longa duração de uma mentalidade que identifica a cidade a um nome, a uma comunidade, a uma genealogia, a uma história de certo modo pessoal, mas que era indiferente ao

seu espaço; de outro, a ausência, antes do início do século XIX, de cadastros e documentos cartográficos confiáveis, a dificuldade de descobrir arquivos relativos aos modos de produção e às transformações do espaço urbano ao longo do tempo. (Choay, 2001)

Observamos que as especificidades do entendimento de uma cidade como unidade de preservação em todo seu complexo é relativamente recente e ainda de difícil compreensão pela maioria dos seguimentos que nela atuam.

O problema da unidade urbana, da cidade como organismo histórico em desenvolvimento, é deliberadamente posto de lado, porque não se quer que a sociedade tenha história. Mas é este o fim a que deveria visar uma arte que fosse consciente de ser e dever ser, como sempre foi, um fato de cultura urbana, e cuja teoria, mas ainda do que uma estética seria um urbanismo geral. (Argan, 1998)

O tombamento da cidade de Serro pelo Iphan inscreveu-a no Livro de Tombo de Belas Artes, reconhecendo nessa cidade sua condição de obra de arte, e por meio do Decreto-Lei n.25 de 1937 a responsabilidade da manutenção de sua integridade como monumento nacional. Nesse contexto, a questão estética e formal é relevante (sem contudo deixar de lado a histórica), e considerando que a cidade é um organismo dinâmico, verificamos que a forma urbana é também resultado da produção voluntária do espaço, entendendo que essa produção ocorre a partir da organização dos objetivos de planejamentos para a cidade, sendo utilizado, dentre outros, os conhecimentos culturais e arquitetônicos sobre o espaço, materializando-os sobre a própria forma. A forma não tem apenas a ver com concepções estéticas, ideológicas, culturais ou arquitetônicas, mas encontram-se indissociavelmente ligadas a comportamentos, à apropriação e utilização do espaço e à vida dos cidadãos.

O tombamento do Serro não define um perímetro da área protegida legalmente; entretanto, é evidente as razões da ação de preservação, e a própria cidade transparece seus limites físicos tradicionais e contemporâneos da condição urbana do espaço. A mesma espacialidade do monumento é coexistente ao meio no qual o monumento foi construído, a dimensão exterior/interior exige a conservação do meio ambiente no qual o monumento está construído. Essa questão, quando compreendida por meio do universo urbano, nos aponta um olhar com mais atenção quanto ao “entorno” da cidade, quanto à sua continuidade através da paisagem natural que na própria cidade penetra. Esses espaços fazem parte da cidade monumento (Brandi, 2005).

Dessa maneira, aqui a cidade é o monumento, o “sítio histórico” é a obra de arte a ser preservada, e adequadamente trabalhada ao longo do transcorrer de suas transformações decorrentes do tempo, que pela sua condição de meio urbano incorpora as transformações e o surgimento de novos conceitos agregados à cidade moderna e à contemporânea, assim

o único posicionamento diante da obra de arte que entrou no mundo da vida, é considerar a obra de arte pela presença atual realizada em nossa consciência, e restringir o nosso comportamento perante a obra de arte a respeito da obra de arte, ao que implica a sua conservação e o respeito da integridade do quanto chegou até nós, sem prejudicarmos o futuro. (Brandi, 2005)

Considerando os princípios e entendimentos colocados, voltamo-nos à condição atual da cidade do Serro, que possui aproximadamente doze mil habitantes residentes na área urbana (IBGE, 2000), tendo como referência a formação urbana da cidade, com os núcleos iniciais de mineração: bairros da Praia, Arraial de Baixo (ocupado inicialmente por mineradores de origem paulista), Arraial de Cima (ocupado após 1750 principalmente por funcionários da Coroa), todos de origem do século XVIII, assim como os do século XIX, o atual bairro do Gambá, do Rosário, área adjacente ao Cemitério, Morro da Páscoa, Morro do Vigário e Morro do Cruzeiro.

Verificamos a partir de levantamento realizado na cidade, percorrendo as áreas citadas, que existem poucas casas tradicionais remanescentes, na parte baixa da cidade, permanecendo na região apenas a Igreja de Bom Jesus de Matosinhos, a Casa dos Ottoni, casa de Elloy Ottoni, e mais duas edificações residenciais, e várias lacunas, onde não ocorreu renovação arquitetônica. No Arraial de Baixo sobraram, basicamente, a antiga casa de Câmara, na esquina da Matriz, duas casas da família Ferreira da Silva, e outros poucos exemplares distribuídos espaçadamente pela região. O Arraial de Cima, chamado de centro, atualmente, concentra a grande maioria das edificações históricas remanescentes principalmente do século XIX. São, em sua maioria, sobrados de grande porte, dispostos na área de maior inclinação, se comparada com toda a ocupação inicial.

De inícios do século XVIII até meados do século XX, preservando-o até recentemente, o Serro manteve seu modo de vida típico e sua forma convencional de construir, com a tradicional estrutura portuguesa da gaiola de madeira e enchimento das paredes com a estrutura de pau-a-pique. O terreno fortemente inclinado condicionou as construções a terem grandes dimensões e optarem pela tipologia assobradada. Essas características físicas da arquitetura e urbanismo da cidade a tornam peculiar, distinta das demais, ao mesmo tempo que possibilitam a leitura do que foi Serro nos tempos coloniais, permitindo ainda compará-la a outras cidades e vilas dos primeiros tempos de Minas Gerais.

Ao realizarmos levantamento de dados para compreensão da realidade morfológica da cidade tombada de Serro, verificamos a existência de aproximadamente trinta lacunas na cidade monumento nacional, resultantes da eliminação de edificações da arquitetura tradicional, em um universo de aproximadamente quinhentas edificações no núcleo tradicional. Essa realidade aponta para a necessidade de efetivo trabalho científico na preservação, no dever de sua manutenção como obra de arte, por ser assim considerada em seu tombamento, quando das intervenções em sua unidade como “um único”. Assim sendo, as intervenções no monumento urbano devem ser de caráter restaurativo. Nesse

sentido, devemos compreender por lacunas “a interrupção no tecido figurativo”, e por meio da psicologia da forma podemos interpretar o sentido da lacuna e então procurar os meios para neutralizá-la (Brandi, 2005).

## DISCUSSÃO

As condições atuais de adensamento urbano impõem mudança de postura diante dos objetivos da preservação das cidades patrimônio. A partir da década de 1990 a cidade passa a ser observada compreendendo as questões que envolvem a autenticidade, a cultura popular, o patrimônio imaterial, levando em consideração os valores e referências locais, além dos universais (Cury, 2000).

Consideramos, portanto, que a preservação de cidades patrimônio histórico deva perpassar pelo acautelamento de todo seu complexo, sua dinâmica, buscando um entendimento do conjunto urbano legalmente protegido com apreço às raízes históricas de seu povo, que possui a base de sua identidade cultural (Borges, 1988). Podemos entender que a preservação urbana deva ser baseada em estratégias múltiplas, não ortodoxas, e “que a preservação do patrimônio cultural seja abordada de maneira global, buscando valorizar a formas de produção simbólica e cognitiva” (Carta de Fortaleza, 1997).

Minas Gerais é o Estado brasileiro com o maior número de conjuntos urbanos protegidos pelo Iphan. Esses municípios do interior de Minas, com “conjunto arquitetônico e urbanístico” tombado, possuem poucos instrumentos práticos, estrutura administrativa e técnica para um eficiente trabalho de preservação. Considerando a necessidade de ações de conservação integrada e as novas estratégias de gestão, deparamos com as limitações financeiras, administrativas precárias e de interesses políticos tradicionais quanto às prioridades de investimentos socioculturais junto às comunidades urbanas com perfis adversos em relação às condições básicas de saúde e educação, nessas cidades cujo patrimônio é de relevância nacional.

A partir da observação da ocupação desses conjuntos e o desenvolvimento de estudos nessas cidades de formação do período colonial brasileiro em Minas Gerais, entendemos que é possível ampliar a aplicação dos conceitos de preservação e desenvolver estratégias importantes nessa busca pela manutenção da identidade cultural nacional,

compartilhando a preocupação sobre as conseqüências que eventualmente podem sofrer ditas identidades em processo de globalização avassalador, que limite seus horizontes a metas econômicas e financeiras. (Cicop, 1997, Carta de Mar del Plata)

A responsabilidade do interventor urbano é de não contrariar a trajetória urbana da cidade, do bairro, do lugar, trabalhando com vestígios, ruínas, história e com recursos a partir da leitura do lugar, captando e entendendo seus elementos, para depois com maior clareza chegar às soluções. Entendemos que na manutenção da integridade da cidade

como obra de arte, o preenchimento de lacunas representa um dos maiores desafios da intervenção restaurativa, pois trata da recuperação da leitura figurativa do texto monumental, de maneira a não falsear a história ou a arte (Dourado, 2003).

As intervenções urbanas devem considerar a formulação do desenvolvimento sustentável, podendo esse ser conceituado como mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando o crescimento e a eficiência econômicos, a qualidade de vida e a igualdade social, em que a conservação ambiental possa permitir a manutenção dos níveis de qualidade de vida conquistados, inclusive para as gerações futuras e a equidade social contínua no tempo e no espaço, utilizando estratégias, procedimentos e ações que compreendam a especificidade desses espaços, suas relações com seus espaços de entorno e a dinâmica social que neles ocorrem.

O problema da lacuna em uma obra de arte com partes faltantes, como é o caso de Serro, tem sido tratado quase sempre de forma empírica, quando a sua solução requer, em primeiro lugar, um aparato teórico, conforme nos aponta Dourado (2003). Em geral, as intervenções ocorrem de maneira descomprometida, faltando o conhecimento por parte do interventor de como tratar a cidade, que é patrimônio histórico e artístico nacional (Barbosa et al., 2004). A lacuna não é vista pela maioria dos profissionais como parte de um todo que é a cidade obra de arte, e sim como sendo apenas ela; é como se tratasse de qualquer coisa em qualquer lugar.

Realizamos um questionário aplicado a profissionais de arquitetura que trabalham em cidades reconhecidas como obras de artes, e verificamos que é efetivamente deficiente por parte deles a compreensão da cidade nessa categoria (Barbosa et al., 2004). Essa realidade aponta para possibilidades negativas quanto à manutenção do monumento como obra de arte, pois a ação restaurativa passa a não acontecer no ato das intervenções realizadas na cidade:

Qualquer comportamento acerca da obra de arte, ali incluindo uma intervenção de restauro, depende do propagado reconhecimento ou não da obra de arte como obra de arte. O restauro constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, em vista da sua transmissão ao futuro. Ele deve dirigir-se ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, contanto que seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar marca alguma do transcurso da obra de arte através do tempo. (Brandi, 2005)

Essa realidade é agravada quando adicionada às condições precárias de suporte técnico que o município pode oferecer, ou quando a ele interessar exercer seu papel de poder público, na manutenção do interesse coletivo sobre o privado e da unidade da cidade como patrimônio nacional. Em Minas Gerais, o governo estadual implementou legislação de incentivo à cultura na busca pelo desenvolvimento por parte do município

de suas funções de preservação e manutenção de seu patrimônio cultural. Entretanto, esse instrumento é utilizado adequadamente a partir da consciência individual administrativa da gestão daquele momento. Faltando ainda o desenvolvimento de uma política educacional sólida, que desenvolva a real consciência da cidade bem patrimonial, e assim sucessivamente com seus demais bens.

No caso de Serro, considerando todas as instâncias públicas, a cidade encontra-se com estrutura profissional e administrativa precária no efetivo trabalho de sua preservação, carecendo de maior atenção teórica e técnica no dever de salvaguarda da condição da cidade como patrimônio cultural. Essa precariedade estabelece a necessidade de uma ação incisiva quanto a se evitar danos, que adicionados à realidade atual da cidade a colocariam em uma situação de perdas, em que o preservado não mais teria seu papel efetivo, passando a segundo plano quando se trata do caso urbanístico, tendo como exemplo o conjunto arquitetônico e urbanístico de Congonhas, que apresenta suas referências de cidade tradicional atreladas ao complexo reconhecido como patrimônio mundial do Santuário de Bom Jesus do Matosinhos, tal o grau de perdas da unidade potencial da cidade como obra de arte.

## NOTAS

1. “o termo *conservação* designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural. De acordo com as circunstâncias a conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção; ela poderá igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas” (Carta de Washington, Icomos, 1986).
2. *Valor histórico* se refere a lugares entendidos além da condição de documento histórico, considerados os valores próprios das civilizações urbanas tradicionais – conceito conforme à Carta de Washington (Icomos, 1986).
3. O *objeto* aqui é a cidade em seu contexto cultural, que, enquanto bem preservado, é entendida tendo como preocupação a autenticidade, a cultura popular, o patrimônio imaterial, e que leva em consideração os valores e referências locais além das universais (Cury, 2000).
4. *Paisagem natural* está sendo utilizada no sentido das áreas não-edificadas, podendo ser os tradicionais quintais, assim como o espaço de emolduramento da cidade definido a partir dos limites do território urbano.
5. A tradição vernácula do urbanismo português tem como uma de suas características mais importantes a relação com o território, que pode ser observada na escolha de localizações, nas características específicas dos sítios selecionados para a sua fundação, na escolha de locais proeminentes para a implantação de edifícios institucionais, na definição das principais vias estruturantes, que se inserem simultaneamente numa lógica territorial e urbana que as articulam, na estruturação global da cidade e definição do seu traçado, assim como no desenvolvimento de espaços urbanos com características formais específicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARGAN, G. C. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BARBOSA, A.A. *Conjunto arquitetônico e urbanístico de Serro*: necessidade de elaboração de normas para preservação. Texto de Apresentação. IPHAN, Belo Horizonte, 2003. 49p.
- BARBOSA, A. A. et al. *O projetista e a legislação de preservação do patrimônio urbano*. IV Workshop Brasileiro de Gestão do Processo de Projeto na Construção de Edifícios. *Anais*. Rio de Janeiro, 2004.
- BORGES, C.; ALBANO M. C. P. Determinações do espaço urbano. Belo Horizonte, 1988, 2v. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais.
- BRANDI, C. *Teoria del restauro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo. Editora Unesp, 2001.
- CICOP, 1997. Carta de Mar del Plata. IPHAN: Cartas Patrimoniais. 2ª edição. Brasília, 2002.
- CURY, I. (Org.) *Cartas patrimoniais*. 2.ed. Brasília: Iphan, 2000. (Caderno de Documentos)
- DOURADO, O. Por um restauro arquitetônico: novas edificações que restauram cidades monumentais. *RUA, Revista de Arquitetura e Urbanismo/UFBA*, v.1, n.8, p.8-13, jul.-dez. 2003.
- ICOMOS. 1980. Carta de Burra. IPHAN: Cartas Patrimoniais. 2ª edição. Brasília, 2002.
- \_\_\_\_\_. 1987. Carta de Washington. IPHAN: Cartas Patrimoniais. 2ª edição. Brasília, 2002.
- IPHAN. 1997. Carta de Fortaleza. IPHAN: Cartas Patrimoniais. 2ª edição. Brasília, 2002.
- MINC, MONUMENTA. *Relatório da Oficina do Programa Monumenta em Serro*. Brasília, Programa Monumenta do Ministério da Cultura, 2003.
- SANTANA, M. *Da cidade monumento à cidade documento – a trajetória da Norma de preservação de áreas urbanas no Brasil*. Salvador, 1995. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia.
- SILVA, M. B. S. R. Preservação na gestão das cidades. *Revista do Patrimônio* n. 24, 1996.
- ZANCHETI, S. M. *Conservação Integrada e Novas Estratégias de Gestão*. Salvador, 2000. Disponível em <http://www.ceci-br.org/Textos/SMZSirchalSalvador.doc>. (acessado em 10.3.2004)

## RESUMO

No Brasil existem cidades patrimônio nacional, expostas a riscos de perdas urbanas irreparáveis à preservação, geradas muitas vezes por intervenções que propiciam adensamento desordenado de lacunas, e de áreas tradicionalmente com predominância de paisagem natural, que compõem ou pertencem à malha urbana tradicional. Essas condições de adensamento impõem mudança de posturas diante dos objetivos de preservação. Minas Gerais possui o maior número de cidades tombadas em âmbito nacional, mas possui poucos instrumentos e estrutura adequada para a ação preservacionista. A partir dessa realidade, verificamos a existência de aproximadamente trinta lacunas na área tombada de Serro (MG), por perda de edificações. Essas lacunas destacam-se na paisagem, mesmo estando espalhadas. Depois de edificadas, poderão resultar em transformação tipológica da cidade, apontando necessidade de serem tratadas para a preservação urbana.

**PALAVRAS-CHAVE:** cidade, conservação, lacuna, morfologia, Serro (MG).

## ABSTRACT

*In Brazil there are national heritage towns exposed to irreparable losses of their patrimonies. Minas Gerais have the largest number of cities protected nationally with few instruments for preservationist action. Starting from this reality, we verified the existence of approximately thirty gaps in the protected area of Serro (MG) caused by the loss of constructions. Although being dispersed, these gaps are highlighted in the landscape. After building in these areas, they can result in typologic transformation of Serro, pointing out needs of being treated for the urban preservation.*

**KEYWORDS:** towns, conservation, gap, morphology, Serro (MG).